

# O VI Governo, as eleições e o socialismo

César Oliveira

1. Até à constituição do VI Governo Provisório que acaba de tomar posse e a partir da superação da crise Palma Carlos, em Junho/Julho do ano passado, foi o MFA o principal responsável pela acção governativa. Na crise Palma Carlos, como então foi ressaltado por Joaquim Mestre, ao tempo militantes do MES, em declarações à RTP, houve o propósito de **comprometer** o MFA directamente no Governo por parte daqueles que, com Spínola, pretendiam orientar o processo colonial em termos neocolonialistas e dar condições à burguesia portuguesa para «ensaiar» um processo de reconversão da exploração capitalista.

No 28 de Setembro e no 11 de Março foi o MFA que garantiu a sobrevivência do processo revolucionário e criou, ao mesmo tempo, as condições que permitiram a destruição do capital monopolista e a desarticulação do sistema capitalista.

Poder-se-á discordar desta ou daquela medida, poder-se-á considerar que se destruiu mais do que se lançou no sentido de construção de uma nova sociedade, poder-se-á verificar a existência de uma crise política onde foram sendo «queimados» por mão hábil e por «cegueira política» da esquerda não social-democrata as soluções viáveis de esquerda e nasce também do triunfo de conversações entre o PPD, PS, e o PCP nos quais concedem ao Partido Socialista funções fulcrais para o «êxito» da plataforma para a partilha, ridícula nuns casos e desdourada noutros, até ao infimo pormenor dos lugares governativos.

A conclamada e louvada plataforma para o VI Governo não é boa nem má, dado o seu carácter genérico, abstracto e ausente em vontades de direcção partidárias que necessariamente correspondem mais aos interesses do bloco social de apoio à transição para o socialismo.

2. O combate ao sectarismo e às práticas desagregadoras do bloco social de apoio à transição para o socialismo foi conduzido, no plano político-militar pelo «grupo dos Nove» e com outra direcção, muito dominadas por posições voluntaristas pelo grupo dos «oficiais do Copcon». Se no plano político-militar os grupos políticos inseridos na chamada esquerda-revolucionária, com cobertura do PCP, conduziram acções constantes que, impelindo o grupo dos Nove para a direita, obstruíram as possibilidades de um acordo entre as correntes da esquerda militar não social-democratas: já no plano estritamente político a insistência em Vasco Gonçalves (primeiro como Primeiro-Mi-

nistro e depois como CEMGFA) e depois da nomeação do Almirante Pinheiro de Azevedo se destinou, ao que parece, a «queimar» soluções de esquerda lideradas por militares e para melhor preparar, por esse meio aquilo que afinal veio a acontecer: uma coligação partidária (expressa ou não) sob a clara hegemonia do Partido Socialista.

3. A constituição do VI Governo Provisório que, como Vítor Alves já declarou expressamente, **não é um Governo dos Nove** marca o fim da liderança no Governo do MFA e o início da responsabilização directa dos Partidos na governação deste País. E o Governo é na sua grande maioria constituído por militantes do Partido Socialista acolitados por «independentes» que parece lhe estão próximos. A grande reivindicação do Partido Socialista aí está, pois, satisfeita: o Governo é, na sua grande maioria seu e o PS está (por vontade própria e/ou por hábil tática do PPD) nas pastas de maior responsabilidade.

O VI Governo Provisório nasce de uma crise política onde foram sendo «queimados» por mão hábil e por «cegueira política» da esquerda não social-democrata as soluções viáveis de esquerda e nasce também do triunfo de conversações entre o PPD, PS, e o PCP nos quais concedem ao Partido Socialista funções fulcrais para o «êxito» da plataforma para a partilha, ridícula nuns casos e desdourada noutros, até ao infimo pormenor dos lugares governativos.

A conclamada e louvada plataforma para o VI Governo não é boa nem má, dado o seu carácter genérico, abstracto e ausente em vontades de direcção partidárias que necessariamente correspondem mais aos interesses do bloco social de apoio à transição para o socialismo.

Genérica, ambígua e abstracta, a plataforma Governativa irá permitir naturalmente interpretações diversas e até contraditórias e por isso mesmo não terá critério suficiente para culpar da acção ou da orientação do VI Governo. Será a prática do VI Governo que poderá mostrar qual a verdadeira natureza da sua orientação e por conseguinte qual o grau de coerência do partido que, na actual coligação, é dominante, ou seja: o Partido Socialista.

O Partido Socialista tem finalmente a possibilidade de demonstrar, pela sua prática num Governo onde é largamente hegemónico, que de facto está interessado em pôr em prática o essencial do seu programa: **isto é, os passos necessários à construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, afirmando o exercício do poder democrático dos trabalhadores sem cair, porque o Partido Socialista a isso se tem recusado, na social-democracia de cariz parlamentarista.**

No entanto, e conforme declarações de responsáveis, é ponto assente — porque essa condição parece ter sido prévia à constituição do VI Governo Provisório — a realização de eleições em Fevereiro ou Março do próximo ano. E por muito «chatas que sejam as análises para quem faz do oportunismo político e da tática imediatista o principal instrumento de luta partidária, e essencial analisar este Governo e as tarefas fundamentais a cumprir nesta fase do processo revolucionário.

O Partido Socialista foi nas últimas eleições o partido ven-

cedor. E como partido vencedor, mas sobretudo como partido onde era útil votar porque eventualmente mais crível como triunfador, tem uma clientela eleitoral situada à direita e à esquerda onde predominam naturalmente fracções da pequena burguesia que, para **continuar como partido maioritário**, não poderá perder.

Por sua vez, o Partido Popular Democrático, que não teve o êxito eleitoral que esperaria por virtude da tática eleitoral do PS, está balizado entre os «socialistas» e a extrema direita viável (CDS). Daí que para o PPD se afirmar como partido vencedor nas próximas eleições, seja essencial «roubar» votos nos terrenos eleitorais do PS e impedir a deslocação do seu eleitorado para a direita.

Destas constatações terá partido, por um lado, o necessário comprometimento do PS com pastas ministeriais que poderão permitir-lhe a manutenção da sua clientela eleitoral principal (Agricultura, Finanças, Comércio Externo) e, por outro, o interesse do PPD em «empurrar» os «socialistas» para pastas quentes e difíceis, com o objectivo claro de fazer falhar eleitoralmente o seu principal opositor nestas andanças eleitorais. Será, pois, fácil ao PS provar que o seu ministro do Comércio Externo foi «bestial» porque os mercados europeus se abriram e vieram muitos turistas da Alemanha, da Suécia e da Inglaterra, juntamente com investimentos e empréstimos conquistados por Mário Soares. Será fácil ao PS mostrar que, com Lopes Cardoso, a Reforma Agrária continua no Alentejo e até provar que o seu ministro das Finanças autorizou (provavelmente em Janeiro ou Fevereiro) aumentos de vencimentos e créditos às pequenas e médias empresas. O PPD jogará no fracasso governamental dos «socialistas» para surgir aos olhos do eleitorado como força que eventualmente recolhera os malogros do seu adversário e para isso até está em pastas que, susceptíveis de proporcionarem alguns brilharetes, não «queimam» como as que tem o PS.

Claro que mesmo para um «partido de trabalhadores», sempre foi o MFA que ficou com o trabalho e sempre foi um conhecido membro do «grupo dos Nove» que, mesmo em cima da hora, foi «empurrado» com habilidade sorrateira para a «pêra-doce» que é o MEIC.

O VI Governo Provisório é, pois, para além de ser uma coligação acordada em termos do sufrágio eleitoral e das reivindicações do PPD e do PS, um instrumento que, a manter-se, se destinará, como atesta a sua própria composição aos vários níveis, a ser o palco fundamental onde os actores eleitorais encenaram as peças mais de acordo com os seus interesses partidários para umas eleições que, a acontecerem, acabarão com os Governos Provisórios.

4. Todavia, as tarefas fundamentais nesta fase de transição para o socialismo parecem ser essencialmente três:

a) **Consolidar as conquistas fundamentais da Revolução** (nacionalizações, reforma agrária e liberdades fundamentais) **ao mesmo tempo que se criam as condições de coesão de um bloco social de apoio à transição para o socialismo** constituído pelo proletariado urbano e rural, pela pequena burguesia assalariada, pelos camponeses pobres sem terra, pelos pequenos proprietários rurais e industriais, pelos pequenos comer-

ciantes, por sectores das classes médias (intelectuais e estudantes) e por outros assalariados diversos.

Consolidar a Revolução e dar coesão a este bloco social implica fundamentalmente assegurar as condições que permitam a resolução da crise da agricultura, a garantia de segurança e emprego às várias fracções da pequena burguesia, a criação de condições que permitam a transformação das pequenas empresas. Consolidar a revolução e dar coesão a este bloco social exige a estruturação dos sectores nacionalizados em moldes democráticos (no fundo prosseguir e aplicar os princípios de projecto de Martins Pereira) o prosseguimento da reforma agrária, a protecção do consumidor contra práticas especulativas e impedir a alta do custo de vida e o «estancar» do processo inflacionista. Consolidar a revolução e dar coesão a este bloco social obriga à não manipulação da informação pelos aparelhos partidários, a uma política de verdade em todos os sectores, a impedir a instrumentalização pela direita reaccionária dos «retornados» à prática de uma pedagogia política revolucionária capaz de esvaziar o campo de acção à direita e à força ao serviço do capital e do fascismo.

b) **Assegurar o exercício da democracia de base**, conquista paradigmática do processo revolucionário português, expressa nas comissões de trabalhadores e de moradores ou seja **assegurar as condições para que seja viável e eficaz o «poder democrático dos trabalhadores»** (é ou foi palavra de ordem do PS) sem o qual não há socialismo possível.

c) **Assegurar uma política de independência nacional**; tal política implica a redução das nossas dependências financeiras, económicas e tecnológicas o que implica um corte substancial das importações, práticas restritas a consumos supérfluos, medidas de austeridade económica a recair sobre sectores privilegiados da população e a diversificação de mercados exteriores e de fontes de financiamento externo. Tal política implica um progressivo caminhar para um estatuto de neutralidade e não alinhamento face aos blocos militares e face aos jogos das grandes potências. Tal política obriga à definição de uma estratégia para os países da bacia mediterrânica capaz de conduzir uma luta comum dos países aí situados contra as formas de dominação que sobre os países «pobres» da Europa do Sul e sobre os países árabes exercem os imperialismos e os subimperialismos europeu radicado na Europa Setentrional neocapitalista.

Uma política de independência nacional não pode implicar, em nome do combate à influência da URSS ou do anticomunismo, um enfeudamento de Portugal à Europa capitalista, uma maior dependência dos países onde impera a social-democracia que ficariam assim em condições de maior interferência na vida interna do País e no curso político do processo iniciado em 25 de Abril.

Estas são as tarefas que permitirão, nesta fase, que exigiria uma paragem táctica com limitadas concepções à direita mas realizada pela esquerda, a continuidade de transição para o socialismo, sem o seu cumprimento ou sem se criarem as condições que tornem o seu cumprimento absolutamente irreversível não haverá socialismo

nenhum em Portugal e difícil se torna vislumbrar qual seja o desfecho deste processo.

5. Só a prática do VI Governo que terá necessariamente como vigilante essencial o MFA e sobretudo um CSR onde o grupo dos «Nove» parece ser dominante e que é portanto garantia de um MFA aparelho autónomo de produção ideológica e garante de um projecto socialista de independência nacional que recusa a burocracia e a social-democracia, poderá ser critério bastante para juzos definitivos.

(No entanto algumas perguntas são desde já pertinentes. Quer realmente o PS assegurar o poder democrático dos trabalhadores, como sempre proclamou, quando na Constituinte recusou já a propósito do controle operário? Pode o PS, em termos da sua clientela eleitoral assegurar restrições ao consumo e à prática de uma política económica e financeira de austeridade? Quer o PS assegurar a reestruturação dos sectores nacionalizados em moldes democráticos sob o controle das comissões de trabalhadores? Pode o PS assegurar uma política económica externa mediante a nacionalização do comércio externo, a diversificação de mercados e o não enfeudamento ao neocapitalismo da Europa do Norte? Pode e quer o PPD eliminar os circuitos comerciais especulativos que pesam sobre os pequenos proprietários rurais? Pode e quer outro projecto o PPD de Sá Carneiro que não o projecto neocolonialista e neocapitalista que Sá Carneiro pretendeu assegurar a Spínola no 1.º Governo Provisório e na crise Palma Carlos?

Pode e quer o PPD realizar o seu projecto de socialização da medicina que envolve combate às práticas capitalistas na produção de medicamentos e à especulação com a assistência médica e medicamentosa?

Pode e quer o PS lançar os fundamentos da Reforma Agrária no Centro e no Norte do País?

Pode e quer o PS e o PPD assegurarem o início do processo de descentralização das populações organizadas nos mecanismos de decisão regional e na gestão dos equipamentos sociais?

Está o PPD interessado no combate à alta do custo de vida, no empenhamento contra a sobrevivência no sector do comércio interno de práticas monopolistas, arriscando aí a sua clientela eleitoral?

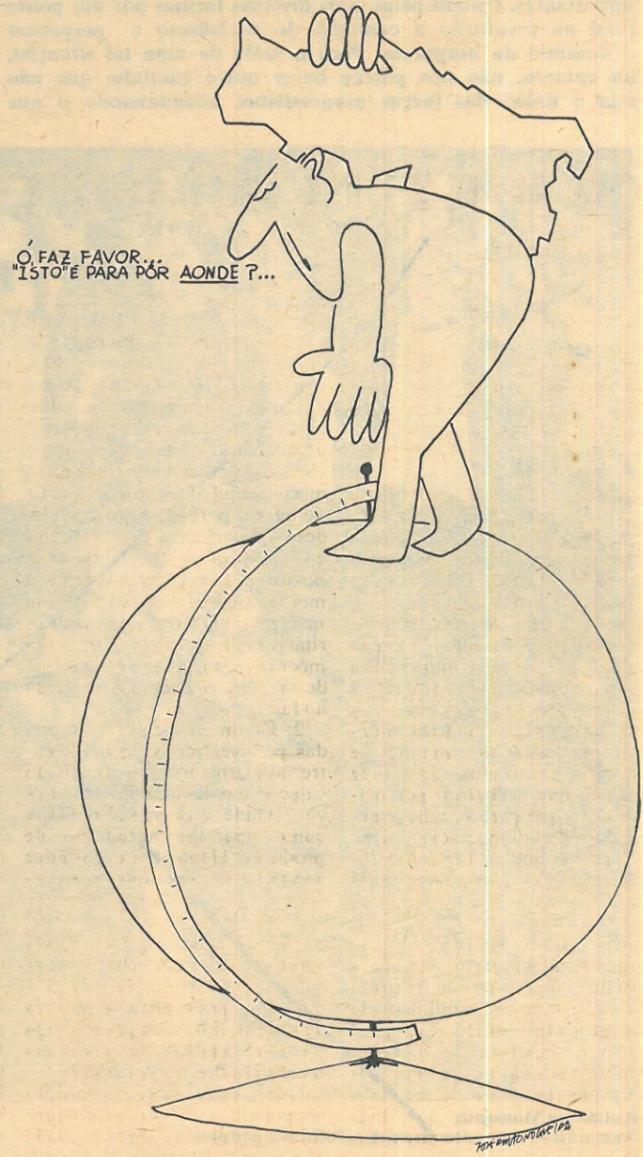
Está o PS interessado em assegurar uma política externa que garanta o caminhar progressivo para um estatuto de neutralidade e não-alinhamento? E o PPD?

Está o PS interessado num rigoroso controle dos investimentos estrangeiros que eventualmente se realizem mesmo que tal controle ponha em perigo os apoios de que goza na RDA, na Holanda e na Grã-Bretanha?

São as tarefas atrás enunciadas compatíveis com práticas eleitoralistas, com a caça de clientes eleitorais ainda não solidificados e que a partir de Janeiro terão, na óptica do PPD e do PS, de começarem a ser garantidos?

É este Governo suficientemente operacional que permita a resolução da crise que envolve e envolve ainda o Governo, o MFA e o processo revolucionário? Não será este Governo uma espécie de Governo de transição de Angola?

Ou será que este Governo se destina apenas, pela sua pouca operacionalidade, pela constituição e pelo seu processo de formação, a justificar — caso falhe como é previsível — um bonapartismo militar de direita só previsto em cálculos maquiavélicos?



Ó FAZ FAVOR...  
"ISTO" É PARA PÓR A ONDE ?...

# Navios para a Polónia <sup>2</sup> em estaleiros portugueses

(Continuado da 1.ª página)

tores, de 16 mil toneladas; 50 barcos de pesca, de 33 metros; cinco arrastões, de 500 toneladas, além de três cascos para navios semi-containers, de 16 a 17 mil toneladas. Resta ainda acrescentar que há francas probabilidades de esta lista ser ampliada, admitindo-se já a hipótese de serem construídos mais quatro cargueiros contentores, de 16 mil toneladas.

Dois trabalhadores da Lisnave que assistiram à conferência manifestaram a sua preocupação pela abertura de um novo estaleiro de construção na Setenave.

Quanto à Setenave, esclareceu o eng. João Cravinho, o assunto está a ser estudado de forma a que, dentro de poucas semanas, se lhe dê solução adequada, estando também em estudo a participação do Estado na indústria naval. A propósito, referiria o facto de os jornais terem publicado as conclusões do acordo, dando como certo o trabalho para três anos a todos os estaleiros. Tal não acontece, pois só alguns estaleiros terão trabalho, que tanto pode durar meses, como até mais de três anos. Um dos que não são abrangidos por este acordo, apenas recebendo uma pequena parte do trabalho, é o da Lisnave.

Entretanto, o eng. Martins Pereira interveio, revelando que está dada

como possível a colaboração, neste campo, com a União Soviética, quer directamente quer através da Polónia.

O eng. João Cravinho, que visitou a Polónia a convite do Governo de Varsóvia, referiu-se ao aprofundamento das relações entre Portugal e aquele país, o que permitirá «benefícios mútuos, que se baseiam num princípio de não intromissão, não ingerência, que ajudará a fazer compreender na Europa que Portu-

gal tem, de facto, um caminho seu a percorrer, que esse caminho não tem, de maneira nenhuma, de passar por dependências, que no fundo venham, de certo modo, a desportugalizar o nosso próprio processo».

Assistiram à conferência o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, o embaixador da Polónia, e os secretários de Estado da Indústria e da Cooperação Externa, eng. João Martins e dr. Jorge Sampaio

## DIÁRIO DO GOVERNO

★ O Conselho de Ministros resolveu autorizar a concessão de aval do Estado até ao montante de 14 275 contos à Messa — Máquinas de Escrever, e à Metalúrgica Duarte Ferreira os seguintes avales: como contragarantia de uma fiança bancária até ao montante de 2 169 360 francos franceses; a favor da Caixa Geral de Depósitos para um financiamento de 20 mil contos, destinado a investimentos em capital fixo; para apoio ao desconto de papel comercial por montante não superior a 26 500 contos.

★ Determinado que o serviço de lotas e vendagem de peixe, que dependia da Junta Central das Oasas dos Pescadores, e dos antigos Grémios dos Armadores da Pesca da Sardinha e do Arrasto, fique na dependência administrativa e sob o «contrôle» do serviço responsável da Direcção-Geral do Planeamento e Fomento das Pescas.

★ Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/75 (Saneamento e Reclassificação), foi reconduzido no cargo de chefe dos serviços administrativos do Gabinete da Área de Sines o dr. José Nunes Abrantes.

Diário de Notícias - 20 Jun. 1975

# É POSSÍVEL QUE SE ALARGUE À U. R. S. S. <sup>1/2</sup> A COLABORAÇÃO ACORDADA COM A POLÓNIA NO DOMÍNIO DA CONSTRUÇÃO NAVAL



«Portugal tem um caminho a percorrer que não passa por quaisquer dependências» — ali no.º João Cravinho ao dar conta do acordo com a Polónia. Lado am. o ministro; à esquerda, o secretário de Estado da Indústria; à direita, o secretário de Estado da Cooperação Externa e o embaixador da Polónia. (Foto «D. N.» — Alberto Santos)

A construção em estaleiros portugueses de sessenta e oito unidades navais para fins diversos, cooperação no âmbito da indústria química pesada e metalomecânica, na transformação de produtos agro-pecuários e nos sectores das pescas e transportes marítimos, são as bases fundamentais do acordo estabelecido recentemente com a Polónia e de que deu parte o eng. João Cravinho, ministro da Indústria e Tecnologia, numa conferência de imprensa realizada, ontem de manhã, no Palácio Foz.

Referindo largamente os aspectos mais que positivos deste acordo, o eng. Cravinho salientaria também as bases de respeito mútuo e de não ingerência com que foi prestada a cooperação. Foi graças ao eficiente sistema de planificação existente na Polónia que se tornou possível assinar este acordo no curto espaço de um mês. Assim, e no âmbito do já assente, serão construídos no nosso país nove navios graneleiros, de 32 mil toneladas; quatro cargueiros de conten-

(Continua na 2.ª página)